

# As “Comisiones Obreras” (CCOO) da Espanha. Estudo introdutório das mudanças em sua estratégia política

## *The Spain’s “Comisiones Obreras” (CCOO). An introductory study of their political strategy changes*

Paulo Sérgio Tumolo  
Doutor em Educação (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina  
[tumolo@ced.ufsc.br](mailto:tumolo@ced.ufsc.br)

### **Resumo:**

O texto faz uma apresentação das Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha e de sua evolução histórica e tem como objetivo principal analisar as mudanças que ocorreram em sua estratégia política, ou seja, de uma estratégia que, em seus períodos iniciais, se pautava por uma ação radical e combativa com um claro perfil classista e anticapitalista, para uma estratégia que passou a ter um caráter reformista, baseada na negociação, sobretudo no âmbito central da política de “concertação social”.

**Palavras-chave:** Comisiones Obreras. CCOO. Sindicalismo. Espanha. Classe trabalhadora.

### **Abstract:**

The text presents Spain’s Comisiones Obreras (CCOO) and its historical development, and aims at analyzing the main changes occurring in its political strategy, i.e., a strategy that, in its early periods, was based on a radical and contending action, with a clear classist and anti-capitalist profile, to a strategy with a more reformist character, based on the negotiation, in particular in the realm of the “social reformation” politics.

**Keywords:** Comisiones Obreras. CCOO. Unionism. Spain. Working class.

Originais recebidos em: 10/06/2011

Aceito para publicação em: 13/09/2011



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License

## **Introdução**

Assim como ocorre em outros países, na Espanha há uma quantidade incalculável de sindicatos, federações e confederações sindicais, organizadas por ramos de atividade e/ou de acordo com um determinado perfil político-ideológico, e centrais sindicais, muitas delas formadas nas diversas nações, ou comunidades autônomas, como costumam denominar, que compõem o reino da Espanha. Contudo, devido à abrangência e representatividade, é possível considerar que, no âmbito do Estado espanhol, existem três centrais sindicais: as Comisiones Obreras (CCOO), a maior delas, em número de filiados e de delegados sindicais, seguida de perto da Unión General de los Trabajadores (UGT) e a Unión Sindical Obrera (USO), que aparece bastante distante das duas primeiras<sup>1</sup>.

As primeiras Comisiones Obreras (CCOO) surgiram no final da década de 1950, como órgãos de representação dos trabalhadores eleitos em assembleias, e se organizaram em várias partes da Espanha como movimento surgido de conflitos laborais, à margem e contra o sistema franquista. Foram impulsionadas pelo Partido Comunista de Espanha (PCE), por movimentos cristãos operários e por diferentes organizações de esquerda, inclusive nacionalistas, opostos ao regime. Em sua trajetória histórica, as CCOO nasceram como comissões espontâneas e momentâneas surgidas dos conflitos e, gradativamente vão se tornando um movimento estável e organizado, de meados dos anos 1960 à Assembleia de Barcelona de 1976, que é a referência-marco de sua história, quando se converteram em Central Sindical, legalizada em abril de 1977, adotando o nome oficial de Confederação Sindical de Comisiones Obreras (C.S. CC.OO.). Atualmente, as CCOO são a principal força sindical espanhola e, por essa razão, este texto será direcionado a seu estudo, com foco na evolução e mudanças que ocorreram em sua estratégia política.

## **Características das CCOO em suas fases iniciais**

O surgimento das Comisiones Obreras está intimamente ligado ao contexto econômico, político e social do final dos anos 50 e início da década de 60 do século passado. Embora a vigência da brutal ditadura franquista tenha sido um fator decisivo

---

<sup>1</sup> Como é muito difícil definir com precisão o que é uma Central sindical, esta lista poderia agregar muitas outras siglas.

para a criação das CCOO, jogou um papel determinante neste processo a configuração econômica da Espanha naquele período. Para Babiano (2001):

as Comisiones Obreras aparecem no contexto do crescimento da economia espanhola que tem lugar a partir do começo dos anos cinqüenta. Este crescimento se baseou num rápido processo de industrialização que se acelerará durante os anos sessenta, assim com numa maior integração internacional da própria economia. A industrialização dos anos cinqüenta e sessenta teve um caráter territorial desigual, de maneira que a nova indústria se localizou sobretudo na região cantábrica (especialmente em Euskadi [País Vasco]), Catalunha e no arco mediterrâneo, além de Madri (Babiano, 2001, p. 31, traduzi).

Esse novo processo de industrialização que ocorre na Espanha no mencionado período resulta no nascimento de um proletariado industrial mais numeroso e com um novo perfil. Para o mesmo autor,

nova e também mais numerosa era a resultante classe operária industrial, dado que os processos em curso significaram uma proletarização da mão de obra, como se deduz do incremento da taxa de assalariamento da população ativa nesses anos que oscilou, segundo a própria EPA, de 59,2 por cento em 1964 até 70 por cento em 1975. Se dizemos que esta classe operária industrial era radicalmente nova é porque procedia em grande parte da expulsão de força de trabalho da agricultura. Se tratava de camponeses recentemente emigrados (idem, p. 31-2, traduzi).

Justamente pela proveniência do meio rural, essa nova força de trabalho carecia tanto de qualificação como de experiência industrial. Além disso,

por razões geracionais – posto que a maioria desses novos trabalhadores industriais haviam emigrado em idades jovens para acessar ao mercado laboral -, se haviam socializado politicamente no contexto da ditadura franquista. Nesse sentido, em geral, também eram alheios à experiência sindical dos anos trinta, pelo que, no contexto de uma severa repressão, a continuidade da UGT e CNT se viu muito afetada. De fato, com as últimas ações de resistência dos anos quarenta (greves em 1945 na Catalunha e de 1947 em Vizcaya), o sindicalismo anterior à Guerra Civil esgotou definitivamente seu ciclo vital (idem, p. 32, traduzi).

Esse foi o contexto no qual surgiram as CCOO e que também marcou os traços de seus próprios militantes.

Praticamente todos os autores que estudaram as CCOO<sup>2</sup> são unânimes com relação a sua caracterização durante o período que vai de seu nascimento como movimento espontâneo (final dos anos 50) até sua legalização em 1977, identificando-as

---

<sup>2</sup> Sobre as fases iniciais das CCOO há razoável produção bibliográfica, tanto de pesquisadores acadêmicos como de autores-militantes, principalmente das próprias fileiras das CCOO, com destaque para Marcelino Camacho, que foi sua mais importante liderança e referência política. Os estudos mais sistemáticos, os mais importantes textos, inclusive aqueles que se tornaram clássicos, cobrem o período que vai das origens das CCOO até o final da década de 1980 (ARIZA, 1976, 1977, 2001; BABIANO, 2001; BOIX & PUJADAS, 1975; CAMACHO, 1974, 1990, s/d.; CLÍMACO, 1999, 2002; GABRIEL, 1989; LUDEVIL, 1977; MATEOS, 1987; MOLINERO & YSÀS, 1998; RUÍZ, 1993; SARTORIUS, 1975, 1976, 1977; ZAMORA ANTÓN, 1987), contrastando, como veremos mais adiante, com o período posterior, sobre o qual há escassa produção.

como um sindicalismo combativo, com um claro perfil de esquerda e, sobretudo, classista, apresentando diferenciadores em relação às formas sindicais anteriores.

“No princípio foi a ação”. Assim define Sartorius (1977, p. 11) o início das Comisiones obreras, no primeiro dos quatro ensaios que compõem seu livro. As CCOO nasceram no final dos anos 1950, como movimento espontâneo sob a ditadura franquista, e por essa razão, combinando ações legais e ilegais. Elas representavam uma nova forma do movimento sindical espanhol, que

surgiu de forma descentralizada nas empresas, desvinculada, portanto, dos sindicatos tradicionais no exílio, e dentro de uma nova geração de trabalhadores. Adaptada forçosamente a seu status ilegal, desenvolveu novas estruturas organizativas, assim como métodos de ação e luta para impor suas reivindicações. Assim foi como, depois de quase vinte anos de governar o regime de Franco, se estabeleceu uma forma de organização sindical da classe trabalhadora com evidente capacidade de desenvolvimento sob condições ditatoriais (FÜHRER, 1996, p. 76, traduzi).

No início, as Comisiones Obreras não estavam afinadas com uma determinada concepção política e ideológica, já que, nelas, havia uma confluência de vários segmentos e correntes político-ideológicas. Delas participavam tanto as organizações legais como as irmandades católicas, grupos de esquerda, assim como socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas que se encontravam na ilegalidade. Mas também militantes e grupos não organizados que nunca haviam entrado em contato com o sindicalismo organizado. Contudo, o Partido Comunista da Espanha trabalhou ativamente dentro delas, como único partido operário ilegal, e pouco a pouco começou a conquistar posições importantes, de tal maneira que, em 1967, quando se realizou a primeira assembléia nacional, seus membros já controlavam os órgãos diretivos nacionais. Marcelino Camacho, militante histórico do PCE e das CCOO, foi, sem dúvida, sua mais importante liderança.

No dia 31 de março de 1966, um grupo de militantes operários das CCOO, depois de quatro meses de diálogo e debate, escreve um documento, que se tornou um texto histórico e referencial, intitulado *Ante o futuro do sindicalismo (CCOO, 1966)*. O documento apresenta as bases sobre as quais deve assentar a luta unida dos trabalhadores e, por conseguinte, os princípios gerais que deveriam nortear as Comisiones Obreras, redigidos em 10 pontos, dos quais destacarei alguns. O ponto 1 afirma enfaticamente:

O sistema capitalista gera e condiciona a luta de classes. Num sistema sócio-econômico capitalista não existe a possibilidade de harmonizar os interesses dos dois lados em luta, situados em posições contrapostas (COMISIONES OBRERAS, 1966, p. 1, traduzi).

Por isso, os itens 2, 3 e 4 tratam do direito de associação dos trabalhadores e da necessidade de unidade e independência da classe. O ponto 5 fala das condições dos trabalhadores na sociedade capitalista e da necessidade de sua superação.

Os trabalhadores têm de compreender claramente que formam um mundo marginalizado na sociedade capitalista. Eles são os despossuídos, os que recebem as migalhas de um sistema sócio-econômico injusto não só no dinheiro, mas também na cultura, em responsabilidade, em participação. Porque cremos que todos os homens são originalmente iguais em direitos, a sociedade que os enquadra tem que ser a sociedade de todos. Por isso, é preciso mudar as estruturas da sociedade atual, concebida só para o benefício fabuloso de pequenos grupos e o benefício marginal, muito menor, de um setor imensamente majoritário da população. Com este fim, os trabalhadores, rechaçando as atenções da sociedade capitalista, que só aspira a prolongar sua vigência enganando e comprometendo às massas populares, tem que organizar-se com plena independência para desenvolver os planos que conduzam a sua emancipação e à construção de uma sociedade para todos, o que não quer dizer que, em certos momentos, não aceitem determinadas ações conjuntas com outras camadas sociais para a consecução de objetivos coincidentes (COMISIONES OBRERAS, 1966, p. 2, traduzi).

Os pontos seguintes abordam a questão das características que devem ser impressas numa forma de organização da classe e chamam os trabalhadores à luta, porque “nunca o capitalismo deu nada de presente aos trabalhadores” (idem, p. 3, traduzi).

Por causa do papel histórico que desempenhou nas Comisiones Obreras, principalmente em seus períodos iniciais, Marcelino Camacho foi convocado para fazer a aula inaugural das atividades de formação político-sindical realizadas pela Secretaria de Formação Sindical das CCOO. Essa intervenção, que foi publicada na brochura intitulada “Princípios em que se baseia o movimento sindical e o novo estilo de CCOO” (CAMACHO, s/d, tradução livre), transformou-se numa espécie de manifesto-programa que caracterizaria a identidade das Comisiones Obreras, tendo sido sua principal referência teórico-política.

Para tratar do caráter do novo sindicalismo e de seu papel na sociedade hodierna, o dirigente começa demarcando o conceito de classe operária, atualizando-o de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, e apresentando os elementos que produzem a força desta classe: a consciência de classe, a organização, a unidade, a herança histórica da luta de classe, a luta reivindicativa e de massas. A partir desses pressupostos, passa a tratar da questão sindical. Para ele,

há três tipos de sindicalismo na história de nosso país: há um sindicalismo de caráter reformista, há um sindicalismo de caráter esquerdista e há um sindicalismo de classe, democrático, objetivamente o único que poderíamos chamar revolucionário (CAMACHO, s/d, p. 9, traduzi).

Depois de caracterizar os dois primeiros, apontando seu alcance e, principalmente, seus limites, o autor afirma que o sindicalismo de classe democrático, “o único objetivamente revolucionário”, é o que pratica as Comisiones Obreras. Diferentemente do sindicalismo esquerdista, caracterizado pela CGT, de perfil anarquista, o sindicalismo de classe democrático defende a luta reivindicativa do dia a dia, mas, ao mesmo tempo e a diferença do sindicalismo reformista, identificado na UGT, de corte social-democrata, advoga que aquela luta não deve ser um fim em si mesmo, posto que o essencial é suprimir a exploração do homem pelo homem.

Nós utilizamos a luta reivindicativa, a melhoria salarial e das condições de vida de cada dia e de cada hora para conduzir toda a classe adiante e dar-lhe a consciência em primeiro lugar de que há que melhorar desde já as condições de vida, sem esperar que venha o socialismo. Em segundo lugar, fazendo que veja por sua própria experiência de que enquanto não acabemos com a exploração do homem pelo homem seus males não têm remédio, ou seja, à diferença de um e de outro, nós não superestimamos a luta reivindicativa nem a subestimamos, a colocamos na perspectiva o que nos permite levar adiante toda a classe para que tome consciência de sua força e da necessidade de suprimir a exploração do homem pelo homem, única maneira de que a classe se libere, se emancipe (COMISIONES OBRERAS, 1966, p. 11, traduzi).

Assentado nas posições tradicionais do movimento operário comunista, que busca articular a luta reivindicativa com a luta revolucionária, Camacho advoga para as Comisiones Obreras um sindicalismo combativo, de cunho classista, anticapitalista e autônomo. Considerando que as CCOO são constituídas por militantes oriundos de vários partidos e correntes e que a imensa maioria deles é de trabalhadores sem partido, o líder defende como necessidade vital a unidade básica de classe dentro da central sindical, de forma que tal unidade tem de ser construída com base naqueles princípios.

Assim, para ele, as CCOO, definidas como um movimento sindical organizado, ou seja, como um sindicato de novo tipo, de caráter sócio-político, de massas e de classe, democrático, independente e unitário, herda o melhor das experiências sindicais, mas, além disso, inova e cria, sobretudo por sua forma “assembleária”, que passa a ser uma das marcas distintivas das Comisiones.

Essa intervenção de Camacho expressa, de forma contundente, as características que marcaram as CCOO em seu primeiro grande período histórico, do início, quando era um movimento espontâneo, no final dos anos 1950, até a década de 1980, o que pode ser confirmado pela quase totalidade dos autores consultados.

Na conferência inaugural que fez na marcante e decisiva assembléia de Barcelona no dia 11 de julho de 1976, na qual se decidiu pela criação da Confederação

Sindical de Comisiones Obreras e que significou o começo de sua 3ª etapa, Marcelino Camacho afirma:

Não podemos compreender o porquê das Comisiones Obreras senão vendo-as como a culminação de um processo histórico. Sem o heroísmo de velhos militantes operários e de suas novas ações, em que se jogavam a vida ou largos anos de prisão, não haveríamos chegado ao novo movimento operário sindical organizado das Comisiones. Dezenas de milhares de despedidos e encarcerados – além dos que perderam a vida nesse empenho – foi o tributo que pagou Comisiones Obreras; não se pode esquecer que mais de noventa e cinco por cento do total de processados por questões sindicais destes últimos quinze anos são membros das Comisiones Obreras. A classe operária fez seu caminho em condições extremamente duras e é precisamente nas virtudes e defeitos desse passado glorioso que se formou o fermento do novo sindicalismo operário organizado das Comisiones Obreras (CAMACHO, 2001, p.15, traduzi).

A legalização, que ocorreu no final dos anos 1970, significou o auge e a consolidação das CCOO, fruto da luta aguerrida e, em grande medida, heróica do sindicalismo combativo e de esquerda na Espanha. Mas, ao mesmo tempo, significou também o marco inicial de uma inflexão em sua trajetória política que resultaria em agudas alterações.

## **O processo de mudanças das CCOO**

As características que imprimiram a marca registrada das CCOO em suas fases iniciais começam a sofrer profundas mudanças a partir dos anos 1980 e se tornam mais visíveis no período em que o secretário geral foi Antonio Gutiérrez, eleito no IV Congresso em 1987, reeleito no V Congresso em 1991 e permanecendo no cargo até o ano 2000.

Antes de adentrar-me na discussão sobre as mudanças que se operaram nas CCOO, parece-me necessário fazer uma observação preliminar. Diferentemente das fases anteriores sobre as quais existe uma razoável cobertura bibliográfica, há uma escassa produção acadêmica acerca das CCOO que se debruçou sobre o período que compreende o final dos anos 1980 até a atualidade. Os textos clássicos e os mais importantes sobre CCOO, em geral, fazem suas análises até 1987 ou 1988. Consegui localizar apenas um livro (FÜHRER, 1996) que fez análise do período posterior, cobrindo até a transição democrática. Diante de tal situação, tive de recorrer a textos esparsos, o que acarretou certa dificuldade no estudo daquele período. De todo modo, foi possível alinhar uma compreensão do processo de transformação pelo qual passaram as CCOO a partir dos anos 1980.

Clímaco, em sua tese de doutorado intitulada “*Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organización institucionalizada - el caso de CC.OO. y de CUT*” (CLÍMACO, 1999) e também em seu artigo (CLÍMACO, 2002) já havia identificado um processo de mudanças nas CCOO. Fazendo uma análise comparada entre esta Central sindical espanhola e a CUT brasileira a autora busca demonstrar que, a despeito das diferenças, as duas nasceram sob o contexto de ditaduras e com o advento das respectivas transições democráticas elas transformaram-se de movimentos sócio-políticos em organizações institucionalizadas, perdendo seu caráter movimentista. Dessa forma, para ela, “nos anos 90, se comparados às duas décadas anteriores, assistimos a uma redução de participações massivas em ambas as centrais, ainda que os percursos que levaram a tal situação tenham sido distintos entre elas” (CLÍMACO, 2002, p. 12).

Não obstante, conforme veremos a seguir, parece que as mudanças ocorridas nas CCOO foram muito mais profundas e agudas do que aquelas apontadas por Clímaco.

Em 1993, o então secretário geral de CCOO, Antonio Gutiérrez, lançou um livro (GUTIÉRREZ, 1993) no qual reuniu várias conferências que proferiu em diferentes ocasiões durante os primeiros anos da década de 1990. O conteúdo dessas conferências pode oferecer algumas pistas não apenas de sua compreensão do papel a ser desempenhado pelo sindicalismo diante das novas realidades – título do livro -, mas, principalmente, dos rumos que passarão a ser tomados pela Central Sindical dirigida por ele. Numa conferência pronunciada em janeiro de 1992, denominada “Reflexão ao final dos anos 80”, ele busca fazer, como indica o título, um breve balanço dos anos 1980, e começa afirmando que, por causa do “bombardeio informativo”, se considerou a “década na qual se demonstrou a prevalência, a excelência, da economia de mercado sobre a economia planificada” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 13, traduzi), de tal maneira que os fatos ocorridos nesse período parecem confirmar essa assimilação acrítica. Para ele, “os ventos que correm – liberais – parecem induzir à satisfação os inveterados defensores da sociedade civil – como expressão da liberdade – frente ao Estado – como expressão da coerção” (id., ibid., traduzi). O autor entende que, como o sindicalismo democrático sempre pertenceu à sociedade civil, aparentemente deveria engrossar as filas daqueles que se sentem satisfeitos, mas, pela experiência historicamente acumulada, “não podemos nos alegrar com os que identificam liberdade com mercado irrestrito” (id., ibid., p. 14, traduzi). O autor afirma que



o movimento sindical aprendeu, porque nasceu e cresceu com o capitalismo, que o Estado é uma peça chave no desenvolvimento e coesão das sociedades. Por isso não vê contradição, senão ao contrário, entre sociedade civil e Estado – intervenção estatal de parte da economia – sempre que o sistema seja democrático e a sociedade civil intervenha no Estado (GUTIÉRREZ, 1993, p. 14, traduzi).

Seguindo com sua crítica ao velho e conservador pensamento liberal, argumenta que este não soube governar com êxito a economia na década de 1980 e não soube converter o ciclo expansivo em coesão econômica e social, como demonstram as desigualdades dentro e fora da Espanha. A partir dessas reflexões o autor tira algumas conclusões para o trabalho sindical:

A necessidade de unir ainda mais o movimento sindical dentro e fora de todas as fronteiras. A necessidade de impulsionar a União Política Européia, para que a política e a sociedade civil encabechem e canalizem o mercado e a economia. A necessidade de impulsionar, já em nosso país, modificações na política econômica em direção à coesão social. Isto deve fazer-se não só no campo, já indiscutível, de intervenção estatal da redistribuição (fiscalização, proteção social) senão no [campo] da distribuição, no mercado de trabalho, no emprego, que é onde agora se produz a maior agressão aos trabalhadores e à democracia econômica – entendida como integração de todos e todas por vínculos que garantam a vida, a autonomia e o desenvolvimento. Também é nesse terreno onde dia a dia se legitima e se renova o pensamento e o que fazer profundamente político do movimento sindical (GUTIÉRREZ, 1993, p. 14-5, traduzi).

O conteúdo dessa conferência indica de forma condensada e sintética o desenho estratégico da ação sindical e, por suposto, das CCOO, proposto por seu secretário geral, a partir da leitura que faz da realidade naquele determinado momento histórico.

Em claro confronto com os epígonos do pensamento liberal, que foi posteriormente denominado de neoliberal, que recusam a participação e intervenção do Estado, a não ser cinicamente, “para aliviar bancarrota, intervir politicamente reprimindo reivindicações democráticas ou atuar (às vezes *manu militari*) atenuando no plano internacional competições que consideram exageradas” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 14, traduzi), o secretário geral das CCOO advoga que o Estado e a sociedade civil, imbricados e em parceria, devem encaminhar ações, sejam em âmbito estatal – política econômica -, sejam na esfera da sociedade civil - mercado de trabalho, emprego, etc. – que redundem não apenas numa democracia política, mas também numa “democracia econômica – entendida como integração de todos e todas por vínculos que garantam a vida, a autonomia e o desenvolvimento” -, o que criaria as condições necessárias para a concretização do objetivo fundamental: a coesão social. Como o sindicalismo pertence à sociedade civil, os sindicatos, em parceria com o Estado, também devem orientar sua estratégia para a mesma finalidade, a coesão social, o que significa dizer, no limite, que

a luta deve ser no sentido de aperfeiçoar o capitalismo, buscando superar seus defeitos e limites. Desaparecem, nessa estratégia, a perspectiva anticapitalista e socialista, e, por essa razão, a luta de classes, bem como a compreensão do caráter classista do Estado, como sendo a expressão política do poder da classe capitalista sobre o conjunto da sociedade, que foram as características marcantes das CCOO nos períodos anteriores. No fundo, trata-se de uma estratégia reformista, nos moldes do projeto social-democrata.

Anos depois, em 2001, Antonio Gutierrez escreve um texto em que, reconhecendo os problemas e limites, faz um balanço positivo da atuação da Confederação Sindical durante a transição democrática, que se concentrou fundamentalmente, salvo algumas exceções, nos acordos que foram firmados entre os sindicatos, os empresários e o governo<sup>3</sup>. Confirmando suas posições e a correção dos rumos que as CCOO traçaram, em grande medida em aliança com a UGT, ele afirma:

globalmente, a contribuição dos sindicatos, de CC.OO. e de UGT, à Espanha dos últimos 25 anos tem sido tão valiosa que sem ela nenhuma outra poderia fazer o balanço de sua contribuição que hoje corresponde à construção de **nosso Estado Social** e de Direito, num país que pagou as contas com seu passado sem convulsões e que já forma parte do núcleo de países europeus que, avançando num projeto comum, com seus desequilíbrios e lacunas, constituem a mais clara **esperança num futuro de universalização dos direitos, da democracia e da equidade social**, num mundo incapaz todavia de colocar conhecimentos e riquezas a serviço de todos homens e mulheres que povoam a Terra<sup>4</sup> (GUTIÉRREZ, 2001, p. 81-2, traduzi, sem grifo no original).

Tanto a análise da realidade como o desenho estratégico, e as ações táticas daí derivadas, apresentados por Gutiérrez foram retomados e aprofundados por seu sucessor José María Fidalgo, que ficou na secretaria geral das CCOO por duas gestões, de 2000 a 2008. Num texto com o sugestivo título “Sindicato e sociedade” (FIDALGO, 2001), publicado logo depois de sua primeira gestão frente às CCOO, fala da necessidade de realização de reformas com o intuito de melhorar as condições de vida dos cidadãos, criticando aqueles que se opõem a elas. Para ele,

nossa economia tem dado um grande salto e mantém taxas de crescimento superiores à média das economias de nosso entorno e nossa sociedade – incluindo trabalhadores e empresários – tem dado provas de suficiente dinamismo e capacidade de transformar o país, isso sim, desde que o sistema político democrático lhes permitiu jogar livremente com suas atitudes e

---

<sup>3</sup> Na mesma direção caminham as apreciações de Maravall (2001), que apresenta a contribuição das CCOO ao desenvolvimento das políticas de bem-estar social, e de Aragón (2001) que trata da ação sindical e desenvolvimento econômico.

<sup>4</sup> A crise que eclodiu em 2008 e se aprofundou em 2009, e que atingiu duramente a Espanha, parece desmentir cabalmente sua avaliação e seu prognóstico.

capacidades. Porque para otimizar capacidades há um ingrediente básico e inescusável: a liberdade. Tem sido a **liberdade**, a **democracia formal**, e não outra, a semente do progresso em nosso país e em qualquer outro. Daí nasceu o direito do trabalho, a segurança social [prolongamento da capacidade de consumo para além da relação assalariada e segurança das pessoas] e a liberdade de associação sindical (FIDALGO, 2001, p. 21-2, traduzi, sem grifo no original).

Ressaltando a importância da liberdade e da democracia, o autor afirma que “é nessas sociedades democráticas e abertas que os trabalhadores foram convertidos em **cidadãos**. Não só onde melhoraram suas condições de trabalho, senão onde se converteram em cidadãos” (id., ibid., p. 22, traduzi, sem grifo no original). Para ele, o movimento operário organizado joga um papel fundamental, na medida em que pressiona os Estados democráticos modernos para conseguir promover a constitucionalização dos direitos sociais e, dessa forma, transformar os trabalhadores em cidadãos. Considerando que, nas sociedades abertas, há segmentos sociais com interesses diferentes e que o sindicalismo confederal tem o aval de legitimidade para representar os trabalhadores, o autor ressalta que os sindicatos “têm produzido não ‘operários melhor pagos’, senão **cidadãos** que não se sentem estigmatizados por ser assalariados e que não vêm em ‘sua classe’ um estamento rígido e fechado onde seus filhos prolongarão uma existência cinza e lamentável” (idem, ibidem, traduzi, sem grifo no original), uma vez que a aspiração democrática contém uma aspiração à igualdade de todas as pessoas.

Depois de fazer uma explanação das mudanças que vêm ocorrendo em todos os setores, o autor afirma que “a maior segurança para os trabalhadores é sua *empregabilidade* que é uma mescla de qualificação, polivalência e adaptabilidade” (idem, p. 24, tradução livre, sem grifo no original) e em seguida pergunta: qual será, nesta etapa, o papel de seus sindicatos?

Diria que, em primeiro lugar, a resposta deve basear-se em descobrir nas mudanças não só riscos, senão oportunidades e vantagens. E, em segundo lugar, atuar autonomamente, reforçar nossa ação coletiva. A globalização, temos dito, para ser um fator de progresso deve ser não só uma globalização das relações econômicas, senão dos direitos. Como filhos dessa globalização, hoje os trabalhadores dispõem de mais informação que nunca. Também, ainda que seja uma obviedade, de mais experiência (FIDALGO, 2001, p. 24, traduzi)

Enfatizando as oportunidades e vantagens que podem ser trazidas pela globalização, Fidalgo faz as seguintes indagações:

Tão difícil nos resulta mover-nos fora da referência do velho Estado-nação, quando em nosso alvorecer os Estados-nação eram ainda uma criação com pouco percurso e conteúdo? Temos a tentação, os sindicatos dos países que se consideram desenvolvidos, de responder só com resistência? Não vemos

que a chamada globalização abre passo a uma era de expansão do assalariamento sem precedentes, em outras latitudes, e que a intercomunicação é um fator não só de conhecimento senão de proximidade? Não estão criados os instrumentos sindicais internacionais para poder ver todo o planeta com uma só olhada solidária e atuar coordenadamente? Não somos capazes de ver possíveis **sinergias ou conjunção de interesses para que a dignificação e qualificação do trabalho sejam indissolúveis entre uns e outros estados, empresas e nossas organizações?** (FIDALGO, 2001, p. 24-5, traduzi, sem grifo no original).

Contudo, para arrancar tais oportunidades e vantagens da globalização, é preciso muito esforço de todos os segmentos sociais, inclusive do movimento sindical, que joga um papel central, já que, segundo ele, “o **trabalho, o capital humano**, é a principal riqueza do mundo desenvolvido” (idem, p. 25, tradução livre, sem grifo no original).

Se o movimento sindical como representante dessa riqueza e, ao mesmo tempo, da maioria social assalariada do planeta exerce bem sua função de representação de interesses será não só um poder fático quantitativo, senão qualitativo, um prescriptor social, num mundo onde a sociedade civil organizada por interesses será central no desenho do futuro (FIDALGO, 2001, p. 25, traduzi, sem grifo no original).

De acordo com o autor, o “mundo das empresas” já tem exercido essa função de articulador da sociedade, tanto ou mais que os representantes políticos, e o movimento sindical, que já tem caminhado nesta mesma direção, está sendo chamado novamente a assumir esta responsabilidade. Para ele,

A assunção da própria responsabilidade como agente de representação de interesses e, mediante isso, como **estabilizador social** é retribuído pelas sociedades democráticas e abertas. O contrário é rechaçado e se busca a substituição do agente de representação. A retribuição positiva converte ao representante de interesses particulares em representante de interesses gerais. [...] **Este papel que hoje joga merecidamente** (e não sei se de todo conscientemente) **CC.OO.** é central para dirimir o futuro (id., ibid., p. 26, traduzi, sem grifo no original).

Essa mesma responsabilidade, que tem sido assumida pelo movimento sindical confederal – e, por isso, tem ganhado legitimidade no conjunto da sociedade -, o autor reclama a outras instâncias da sociedade civil. Dessa forma, “às associações patronais haverá que demandar-lhes com firmeza e constância que **liderem conosco um processo de assunção madura, como representantes do trabalho e do capital, para pilotar juntos as atuações ante os novos cenários em benefício de toda a sociedade**” (id., ibid., p. 27, traduzi, sem grifo no original).

Como é possível verificar no artigo, o então secretário geral das CCOO faz uma espécie de apologia da globalização, propõe o fortalecimento das sociedades abertas, da democracia e dos direitos de cidadania, vale dizer, dos fundamentos da ordem capitalista e, para alcançar tais objetivos defende a associação entre capital e trabalho e

o papel do sindicato como estabilizador social. Como se ainda não bastasse, ainda propugna a compreensão de que o trabalho ou a classe trabalhadora constitui-se como **capital humano**.

Os dois dirigentes citados anteriormente expressam, em sua singularidade, os rumos tomados pelas CCOO a partir do final dos anos 1980 até o presente momento. O Programa de ação aprovado no 8º. Congresso Confederal (2004) confirma claramente os postulados estratégicos apresentados pelos secretários gerais que dirigiram a central de 1987 a 2008 <sup>5</sup>.

Os eixos centrais propostos no programa são os seguintes: 1) aumentar a participação na empresa; 2) ampliar a filiação; 3) atuar com eficácia e transparência; 4) potencializar a negociação coletiva; 5) fomentar um tecido produtivo sustentável e de qualidade; 6) abordar as novas realidades produtivas; 7) exigir a responsabilidade social das empresas; 8) trabalhar pela igualdade de tratamento no emprego; 9) desenvolver a responsabilidade política dos poderes públicos consolidando e ampliando os sistemas públicos de proteção social, e 10) contribuir para reforçar o sindicalismo europeu e internacional. O próprio documento faz uma breve explanação dos significados e objetivos dos eixos centrais do plano de ação:

Os pontos 1, 4, 5, 6, 7 e 8 propõem trabalhar na empresa, melhorando a intervenção do sindicato diretamente com os trabalhadores, reforçando seu papel na negociação coletiva e o papel da negociação coletiva, abordando-o numa nova empresa, numa nova e complexa realidade produtiva, ante umas empresas para as quais é preciso exigir, já que vivem da sociedade, responsabilidade e resultados para a sociedade, e com uns trabalhadores onde existem desigualdades por razão de idade, procedência e gênero, e num sistema econômico onde qualidade de emprego e qualidade do tecido produtivo ou vão juntas e juntas crescem ou retrocedem juntas. Isto nos obriga a reclamar também novos direitos e instrumentos de intervenção e participação para o sindicato na empresa. Os pontos 2, 3 e 10 comprometem ao desenvolvimento do sindicato dentro e fora do país e da empresa. Comprometem com a coesão interna e a organicidade na gestão dos recursos, à ampliação quantitativa da filiação e a sua melhora qualitativa e a reforçar e construir um sindicato internacional na era chamada da globalização. O ponto 9 é nossa reivindicação e proposta de intervenção para consolidar o **Estado social**, a participação dos trabalhadores na vida econômica e social, a partir do conhecimento de que o Estado social não é autônomo da realidade econômica (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 50-1, traduzi, sem grifo no original).

Pode-se perceber, seja pelos pontos eleitos, seja pela própria explanação de seu conteúdo, que os eixos centrais expressam um plano de ação com absoluta consonância com a concepção estratégica defendida pelos dois secretários gerais apresentados

---

<sup>5</sup> Apesar de ter concorrido com Fidalgo na eleição para o cargo em 2008, o atual secretário geral das CCOO, Ignacio Fernández Toxo, não parece imprimir mudanças substantivas nos rumos da Confederação sindical, já que pertence à mesma corrente política de Fidalgo.

anteriormente. Isso pode ser confirmado tanto pela leitura dos dez pontos, sobretudo os de número 5 e 9, como pelos textos do documento que antecedem e fazem a apresentação dos eixos centrais. O ponto número 5, p. ex., tem como finalidade “aumentar a qualidade e segurança do emprego, para fazer o **trabalho mais produtivo**, para que a inovação e a responsabilidade social estejam presentes nas empresas” (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 113, traduzi, sem grifo no original).

Num texto, que compõe o conjunto de textos do plano de ação, intitulado sugestivamente de “A utilidade de CC.OO.”, depois de comentar os pontos do plano, aparecem indícios claros da concepção da Confederação sindical a partir de seu entendimento de que a classe trabalhadora é capital humano.

Se afinamos bem, não só na definição do desafio que justifica cada ponto, senão na proposta de articulação dos instrumentos que temos para responder ao desafio, haveremos deixado estabelecido um programa de trabalho e um arsenal de ferramentas para realizá-lo. E seguiremos crescendo e sendo decisivos. Responderemos a nosso objetivo fundamental de representar os interesses dos trabalhadores, elevar seu nível de consciência e assim de organização, reivindicação e conquista. Isto agora, onde já muita gente, não só CC.OO., diz que a classe trabalhadora, o chamado “capital humano” é a riqueza e a primeira e última alavanca do projeto econômico e social, quando a função de representar e liderar a **classe operária**, o **capital humano**, se projeta com mais relevo como fundamento do futuro (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 52, traduzi, sem grifo no original).

Na Introdução do documento, ao fazer um balanço da atuação das CCOO nos quatro anos anteriores ao plano de ação (2004) e apreciar a posição da Central sindical nos âmbitos da economia, da sociedade e do trabalho, os objetivos estratégicos são claramente expostos:

Esta posição nos distancia de qualquer reflexo corporativo ou defensivo, porque com nossa própria capacidade de análise e proposta expressos sem rodeios nos situamos no centro do debate econômico e social, de onde será difícil desalojar-nos se seguimos demonstrando que a defesa dos interesses dos trabalhadores passa pela defesa de **interesses gerais no campo da eficiência da economia e da coesão social** (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 10, traduzi, sem grifo no original).

Por sua vez, o livro de Führer (1996), um dos raros – senão único – textos que faz um estudo sistemático e exaustivo do movimento sindical espanhol numa perspectiva crítica e cobrindo também o período da transição democrática, confirma as profundas mudanças que ocorreram em sua trajetória. Tomando como objeto privilegiado de sua investigação as duas principais centrais sindicais espanholas – CCOO e UGT –, o livro estampa o título de “Os Sindicatos na Espanha”, mas o

subtítulo expressa clara e diretamente a principal tese que a autora busca, nele, defender: “da luta de classes a estratégias de cooperação”. Descortinando o histórico do movimento sindical na Espanha, a autora afirma que

apesar da divisão dos sindicatos segundo suas tendências ideológicas, todos eles **perseguiram metas de superação do capitalismo**, o que se manifestava em sua ação. Dado que no sistema político não estava prevista a participação sindical, os sindicatos combinaram sua luta cotidiana de melhoria das relações de trabalho com a superação do sistema político e econômico dentro de uma situação de confrontação e constantes conflitos de classe” (FÜHRER, 1996, p. 16, traduzi, sem grifo no original).

Contudo, ela identifica uma espécie de divisor de águas na trajetória histórica do sindicalismo espanhol e o localiza a partir do momento em que os sindicatos são legalizados e passa a existir a liberdade sindical, durante o início da transição democrática, na segunda metade da década de 1970. Para a autora este fato tem uma importância central porque produziu a “necessidade de incorporar os sindicatos, cuja existência transcorria à margem da lei ou na ilegalidade, dentro da ordem social de uma democracia parlamentar que precisava de consolidação” (id., *ibid.*, p. 17, traduzi), o que dependia, obviamente, da decisão dos próprios sindicatos. Para ela,

nesta extraordinária situação, os sindicatos reagiram em momentos decisivos de forma inusual. Quer dizer, já não convocavam ações com as quais pretendiam a desestabilização e a abolição do sistema político e autoritário recém superado, senão que buscavam, em sua estratégia, caminhos que contribuíssem eficazmente para a estabilização da jovem democracia. Sobretudo as duas forças sindicais mais destacadas, CC.OO. e UGT, tomaram a clarividente decisão de participar ativamente no processo de democratização do país. Esta decisão tem importância histórica. Como forças socialmente reconhecidas, os sindicatos mais importantes optaram – conscientes de sua responsabilidade frente aos trabalhadores assalariados <sup>6</sup> – pela negociação baseada na idéia da representação de interesses sindicais frente a empresários e Estado. Esta concepção encontra posteriormente acolhida no programa sindical (id., *ibid.*, p. 17, traduzi).

A legalização dos sindicatos, portanto, marcou uma viragem na ação estratégica dos sindicatos, em direção àquilo que a autora chama de acordos neocorporativistas.

totalmente em contraposição à militância e confrontação até então praticada pelos sindicatos espanhóis no campo da regulação das relações de trabalho, se estabeleceu, depois de sua legalização, uma forma de acordos globais neocorporativistas mediante convênios-marco concertados entre Sindicatos, Confederação de Empresários e (id., *ibid.*, p. 17, traduzi).

---

<sup>6</sup> O conceito que aparece recorrentemente no livro é “trabajadores por cuenta ajena”, cuja tradução literal seria “trabalhadores por conta alheia”. Provavelmente este termo foi utilizado em diferenciação a trabalhadores por conta própria. Como, no Brasil, não se usa o conceito de “trabalhadores por conta alheia”, pareceu-me que a tradução mais adequada seria trabalhadores assalariados, o que equivale a trabalhadores vendedores da força de trabalho, ou seja, que trabalham para outros (correspondente ao sentido de “alheio”).

A autora esclarece que toma os conceitos de “acordos neocorporativistas”, “estruturas neocorporativistas” ou “neocorporativismo” no sentido supra citado, quer dizer, acordos entre Sindicatos, Empresários e Governo, justamente para poder explicar o caráter que assume o sindicalismo espanhol a partir de sua legalização. Para ela,

esta forma de concertação a nível de cúpula passou a formar parte da “política de concertação” ou “concertação social” na atual história espanhola. Nasceu “o modelo espanhol” para a transformação de uma sociedade que passa de um sistema autoritário a outro parlamentar democrático. A concertação no mais alto nível evoluiu conjuntamente com a consolidação da democracia, e inclusive hoje – no contexto de uma democracia estável –, todas as partes buscam – com mais ou menos ímpeto – a continuação deste afã. Os sindicatos também participam ativamente neste intento (FÜHRER, 1996, p. 16, traduzi).

Depois de realizar a investigação, sua conclusão é enfática: “o movimento sindical espanhol se **orienta claramente em direção à reforma**” (FÜHRER, 1996, p. 383, traduzi, sem grifo no original). E complementa: “se em seu momento os sindicatos espanhóis figuravam entre os mais radicais da Europa Ocidental, com a desapareição do regime autoritário **abandonaram seu rumo de confrontação com o Capital e o Estado**” (id., ibid., traduzi, sem grifo no original). Agora, sua estratégia passa a basear-se na negociação, sobretudo no âmbito central na política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”. Como desdobramento desta conclusão, ela extrai outra. Ao comparar a Espanha com as democracias representativas da Europa Ocidental ela demonstra que

os sindicatos espanhóis adaptaram suas estratégias às das organizações irmãs dos países da Europa Ocidental. Todas elas partem do **caminho da reforma e não da confrontação**, predominando o aspecto de um **Estado social** e sua ampliação **dentro do existente sistema capitalista**. No momento em que se produziu a transformação do país, os sindicatos **mudaram as estratégias radicais de superação do sistema, substituindo-as por estratégias reformistas de negociação**. Mediante a política da concertação, tomaram um caminho na regulação das relações de trabalho que em outros países da Europa Ocidental já tinha larga tradição (FÜHRER, 1996, p. 386, traduzi, sem grifo no original).

O processo de profundas mudanças políticas que ocorreram na trajetória das CCOO foi o pano de fundo do surgimento do Setor Crítico, corrente formada em 1996 ainda durante a gestão de Gutiérrez, liderada por Agustín Moreno García e que conta com o apoio do ex-secretário geral Marcelino Camacho. Seus militantes, que se denominam frequentemente de *crítiCCOOs*, defendem um retorno aos postulados sindicais sócio-políticos e de classe, mais nitidamente vinculados aos partidos de esquerda, especialmente ao Partido Comunista da Espanha, frente à política atual do sindicato, que consideram excessivamente propensa ao diálogo social, além de



duramente repressiva contra seus membros. Em várias ocasiões, os *crítiCCOOs* vêm questionando decisões mais ou menos polêmicas tomadas pela maioria confederal do sindicato por entenderem que se trata de uma direitização na linha de ação sindical em relação às originárias Comisiones Obreras, nas quais a tomada de decisões se produzia de maneira “assembleária”, de modo que, pela composição de sua militância, resultavam freqüentemente próximas aos postulados centrais do PCE. Desse modo, o setor crítico vem se opondo, dentro do sindicato, às reformas laborais que, desde os anos 90 do século passado, os dirigentes das CCOO e da UGT têm assinado com os sucessivos governos do PSOE e do PP. Agustín Moreno, sua principal liderança, declarou sua discordância com o acordo conseguido na SEAT por Comisiones Obreras e UGT que previa a demissão de 660 trabalhadores, sendo que uma parte importante deles, que rejeitava tal acordo, se filiou à CGT. Também se mostrou contra a solução dada pelos negociadores ao conflito na SINTEL, em oposição à linha oficial defendida pelo sindicato.

Como se pode constatar da explanação feita ao longo do texto, as Comisiones Obreras tinham, em seu período inicial – dos anos 1960 até o início da década de 1980 -, uma estratégia radical e combativa com um claro perfil classista e anticapitalista, que buscava combinar a luta reivindicativa com a luta revolucionária, com vistas à superação do sistema capitalista. Com o passar do tempo, sobretudo a partir dos anos 1980, sua estratégia de ação política foi perdendo radicalidade e passou a ter um caráter reformista, abandonando seu rumo de confrontação com o capital e o Estado, baseada na negociação, sobretudo no âmbito central da política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”.

## Referências Bibliográficas

ARAGÓN, Jorge. *Acción sindical y desarrollo económico*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

ARIZA, Julián. CC.OO. Barcelona : Mañana Editorial, 1976.

\_\_\_\_\_. *La Confederación Sindical de Comisiones Obreras*. 1ª ed., Barcelona : Avance, 1977.

ARIZA, Julián. *Memoria sindical del antifranquismo*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

ARRIOLA, Joaquin (ed.). *Globalización y sindicalismo*. 3 vol. Alzira : Germania, 2001.

ARTILES, Antonio Martín. *Fordismo y sindicalismo: auge y crisis de un modelo de relaciones laborales*. *El Proyecto*, n. 19-20, p. 97-126. Barcelona : Universidad Sindical USO, 1993.

ASAMI, Etsuko y GÓMEZ GIL, Alfredo. *Marcelino Camacho y Josefina*. Madrid: Algaba, 2002.

BABIANO, José. Emigrantes, cronómetros y huelgas. *Un estudio sobre el trabajo y los trabajadores bajo el franquismo (Madrid 1951-1977)*. Madrid : Siglo XXI, 1995a.

\_\_\_\_\_. *Los católicos en el origen de Comisiones Obreras*. Espacio, tiempo y forma, tomo 8, p. 277-293. Madrid, 1995b

\_\_\_\_\_. *Origen y ascenso de las Comisiones Obreras bajo en franquismo*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

BABIANO, José; MOSCOVO, Leopoldo. Los conflictos sociales en fase depresiva ante la adopción de políticas de ajuste: el caso español. In: BABIANO, José & MOSCOVO, Leopoldo (comps.). *Ciclos en política y economía*. p. 121-17. Madrid : Pablo Iglesias, 1992.

BANGUESES, Salvador. *La autonomía: una característica del nuevo sindicalismo*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

BAYLOS, Antonio. *Comisiones Obreras y la huelga: modos de empleo*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

BOIX, I. & PUJADAS, M. *Conversaciones sindicales con dirigentes obreros*. Barcelona : Avance, 1975.

BOTAS, Federico G.-Fierro. *La formación sindical impartida por centrales representativas en España (1976-1992)*. Madrid : M. L., 1997.

BOTAS, Federico G.-Fierro. La Formación Sindical en Europa – España. In BRIDGFORD, Jeff & STIRLING, John (eds.). *La formación sindical en Europa*. Alzira : Alemania / ASE / CCOO, 2002.

BOWLES, S. & EDWARDS, R. *Introducción a la economía: competencia, autoritarismo y cambios en las economías capitalistas*. Madrid : Alianza, 1990.

BRIDGFORD, Jeff & STIRLING, John (eds.). *La Formación Sindical en Europa*. Alzira : Alemania / ASE / CCOO, 2002.

BULLA, José Luis López. *Ocho aproximaciones (Cosas en torno a la formación sindical)*. s.d. (mimeo).

CAMACHO Marcelino. *Charlas en la prisión: el movimiento obrero sindical*. Paris : Librairie du Globe, 1974.

\_\_\_\_\_. *Confieso que he luchado*. Memorias. Temas de hoy. Madrid, 1990.

\_\_\_\_\_. *Intervención inaugural en la Asamblea de Barcelona*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

\_\_\_\_\_. *Principios en que se basa el movimiento sindical y el nuevo estilo de CC.OO.* Formación sindical. Madrid : Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. *Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organización institucionalizada - el caso de CC.OO. y de CUT* (Tese de doutorado). Madrid : Universidad Complutense de Madrid, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e transição: de movimento sociopolítico a organização institucionalizada*. Inter-Ação. Rev. Fac. Educ. UFG, 27 (2): 5-14, jul./dez. Goiânia : 2002.

DAL-RÉ, Fernando Valdés (Coord.). *Sindicalismo y cambios sociales*. Madrid : Consejo Económico y Social (CES), 1994.

FIDALGO, José Maria. *Sindicato y sociedad*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

FINA, LL. & TOHARIA, L. *Las causas del paro en España. Un puto de vista estructural*. Madrid : Fundación IESA, 1987.

FUNDACIÓN 1º. DE MAYO. *Forjando la democracia. Los trabajadores y CCOO en la transición política*. Madrid : CCOO, 2008.

FUNDACIÓN SINDICAL DE ESTUDIOS-CCOO DE MADRID. *Sobre el presente y futuro del sindicalismo*. Madrid : GPS, 2006

FÜHRER, Ilse Marie. *Los Sindicatos en España: de la lucha de clases a estrategias de cooperación*. Madrid : Consejo Economico y Social (CES), 1996.

GABAGLIO, Emilio. *Los trabajadores y el futuro de la Unión Europea*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

GABRIEL, Pere (coord.) et al. *Comissions obreres de Catalunya. 1964-1989*. Barcelona : CERES/ Empúries, 1989.

GARCIA. Pedro Camacho. *Sindicalismo: las incertidumbres del futuro*. El Proyecto, n. 19-20, p. 133-182. Barcelona : Universidad Sindical USO, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1985.

\_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 6.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.

GUTIÉRREZ, Antonio. *Sindicalismo y nuevas realidades*. Madrid : Ediciones GPS, 1993.

\_\_\_\_\_. *Comisiones Obreras y la transición democrática: una construcción infravalorada*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

HYMAN, R. *Relaciones industriales (una introducción marxista)*. Madrid : H. Blume, 1981.

LASO, Agustín García & RAYMOND, Wilfredo Sanguineti (Eds.). *Sindicatos y cambios económicos y sociales*. Salamanca : Universidad de Salamanca, 2002.

LÓPEZ, Miguel A. Ferrer. *Curso de formación de delegados*. Bilbao : Deusto / CCOO, s.d.

LUDEVIL, M. *El movimiento obrero de Cataluña bajo en franquismo*. Barcelona : Avance, 1977.

MARAVALL, Héctor. *Ayuda practica al asesor sindical. Formula de demandas: despidos, sanciones, denuncias, amnistía laboral, nóminas y liquidaciones*. Formación sindical 5. Madrid : Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

\_\_\_\_\_. *La aportación de CC.OO. al desarrollo de las políticas de bienestar social*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

MATEOS, Abdón. *Movimiento sindical y lucha obrera bajo el franquismo*. El Proyecto, n. 1, p. 83-124. Barcelona : Universidad Sindical USO, 1987.

MIGUELEZ, F & PRIETO, C. *Las relaciones de empleo en España*. Madrid : Siglo XXI, 1999.

MOLINERO, Carme & YSÀS, Pere. *Productores disciplinados y minorías subversivas. Clase obrera y conflictividad laboral en la España franquista*. Madrid : Siglo XXI, 1998.

MORENO, Juan. *En torno a la inserción de CC.OO. en el sindicalismo internacional*. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid : Octubre 2001.

NIETO, Joaquín et al. *El sindicalismo ante una economía globalizada*. Prólogo de José María Fidalgo. Escuela de Verano Confederal de CCOO / Alzira : Germania, 2002.

PARTIDO COMUNISTA DE ESPAÑA. Utopías. Nuestra bandera (Revista de debate político). *El futuro del sindicalismo*. n. 166, Madrid, 1995.

RAMOS, Maria José Rodríguez. *El nuevo papel del sindicato: la autonomía sindical*. El Proyecto, n. 13, p. 35-54. Barcelona : Universidad Sindical USO, 1990.

RECIO, A. *Capitalismo y formas de contratación laboral*. Madrid : MTSS, 1988.

RODRÍGUEZ, Ricardo Escudero (coord.). *La Negociación colectiva en España : una visión cualitativa*. Observatorio de la Negociación Colectiva. Valencia : Tirant lo Blanch, 2004.

\_\_\_\_\_. *La Negociación colectiva en España : un enfoque interdisciplinar*. Observatorio de la Negociación Colectiva Madrid - CC.OO. : Cinca, 2008.

RUIZ, David (dir.) et al. *Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)*. Madrid : Siglo XXI, 1993.

SALTÓ, Jordi Ferreti. *¿A dónde va el sindicalismo?* El Proyecto, n. 19-20, p. 127-132. Barcelona : Universidad Sindical USO, 1993.

SALVE, Francisco García. *Principios esenciales del sindicalismo*. Formación sindical 4. Madrid : Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

SANFRUTOS, Norberto. *Instrumentos para el análisis económico-financiero de la empresa capitalista*. Formación sindical 6. Madrid : Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

SARTORIUS, Nicolás. *Resurgir del movimiento obrero*. Colección Primero de Mayo. Barcelona : Laia, 1975.

\_\_\_\_\_. *Qué son Las Comisiones Obreras*. Barcelona : La Gaya Ciencia, 1976.

\_\_\_\_\_. *El Sindicalismo de nuevo tipo : ensayos sobre Comisiones Obreras*. Barcelona : Laia, 1977.

TUMOLO, Paulo S. *Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp, 2002.

VANSANT, Lut. *El futuro necesita sindicatos*. El Proyecto, n. 13, p. 17-34. Barcelona : Universidad Sindical USO, 1990.

VEGA, Rubén & GORDON, Carlos. *Juan Muñiz Zapico, Juanín*. Oviedo : Fundación Juan Muñiz Zapico/KRK, 2007.

ZAGUIRRE, Manuel. *Un nuevo sindicalismo frente a un viejo desorden económico y social*. El Proyecto, n. 19-20, p. 81-96. Barcelona : Universidad Sindical USO, 1993.

ZAMORA ANTÓN, M. A. & IBÁÑEZ, D (Comps.) *Comisiones Obreras. Diez años de luchas (1966-1976)*. Zaragoza : CCOO, 1987.